

Doing Business

RESUMO

2009

COMPARAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES EM 181 ECONOMIAS

Doing Business

2009



COMPARAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES EM 181 ECONOMIAS

© 2008 The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank
1818 H Street NW
Washington, DC 20433
Telephone: 202-473-1000
Internet: www.worldbank.org
E-mail: feedback@worldbank.org

Todos os direitos reservados.

1 2 3 4 08 07 06 05

Uma publicação do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional.

Este volume foi produzido pelo pessoal do Grupo Banco Mundial. As apurações, interpretações e conclusões expressas neste volume não refletem necessariamente a opinião dos Diretores Executivos do Banco Mundial nem dos governos dos países que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho.

Direitos e permissões

O material desta publicação é protegido por direitos autorais. Sua reprodução e/ou transmissão, total ou parcial, sem permissão pode constituir violação das leis em vigor. O Banco Mundial incentiva a divulgação do seu trabalho e geralmente concede pronta permissão para a reprodução de partes desta publicação.

Para obter permissão para fazer fotocópias ou reimprimir qualquer parte deste trabalho, favor enviar solicitação com informações completas a: Copyright Clearance Center Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923, USA; telefone: 978-750-8400; fax: 978750-4470; Internet: www.copyright.com.

Todas as outras consultas sobre direitos e licenças, inclusive direitos subsidiários, devem ser endereçadas a: Office of the Publisher, The World Bank, 1818 H Street, NW, Washington, DC 20433, USA; fax: 202-522-2422; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Exemplares adicionais de *Doing Business 2009* (Fazendo Negócios 2009); *Doing Business 2008* (Fazendo Negócios 2008); *Doing Business 2007: How to Reform* (Fazendo Negócios 2007: Como Reformar); *Doing Business in 2006: Creating Jobs* (Fazendo Negócios em 2006: Criação de Empregos); *Doing Business in 2005: Removing Obstacles to Growth* (Fazendo Negócios em 2005: Remoção de Obstáculos ao Crescimento); e *Doing Business in 2004: Understanding Regulations* (Fazendo Negócios em 2004: Compreendendo os Regulamentos) podem ser adquiridos no site www.doingbusiness.org.

Os dados do Catálogo de obras em fase de publicação da Biblioteca do Congresso foram solicitados.

Sumário

Doing Business 2009 é o sexto de uma série de relatórios anuais que investigam as regulamentações que melhoram a atividade de negócios e as regulamentações que a restringem. O *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a proteção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 181 economias — do Afeganistão ao Zimbábue — e no decorrer do tempo.

São avaliadas as regulamentações que afetam os 10 estágios da vida de um negócio: iniciar um negócio, lidar com alvarás de construção, empregar traba-

lhadores, registrar a propriedade, obter crédito, proteger investidores, pagar impostos, negociar no exterior, cumprir contratos e fechar um negócio. Os dados disponíveis no *Doing Business 2009* foram atualizados no dia 1º de junho de 2008. Os indicadores são usados para analisar os resultados econômicos e identificar quais reformas funcionaram, onde e por que funcionaram.

A metodologia para os direitos legais de mutuantes e mutuários, parte dos indicadores de obtenção de crédito, mudou no *Doing Business 2009*. Consulte as notas dos Dados para obter detalhes.

Características atuais

Notícias sobre o projeto *Doing Business* no website <http://www.doingbusiness.org>

Classificações

Como são classificadas as economias — de 1 a 181 em <http://www.doingbusiness.org/economyrankings>

Reformadores

Pequenos resumos das reformas DB2009, listas dos reformadores desde DB2004 e uma ferramenta de simulação de classificação <http://www.doingbusiness.org/reformers>

Seqüências cronológicas dos dados

Conjuntos de dados personalizados desde DB2004 <http://www.doingbusiness.org/customquery>

Metodologia e pesquisa

Os documentos de metodologias e pesquisa que servem de base ao *Doing Business* <http://www.doingbusiness.org/MethodologySurveys>

Blog

Revista on-line focalizando a reforma das regulamentações de negócios <http://blog.doingbusiness.org>

Downloads

Os relatórios *Doing Business*, bem como relatórios e estudos de caso subnacionais, nacionais e regionais <http://www.doingbusiness.org/downloads>

Projetos subnacionais

Diferenças nas regulamentações de negócios no âmbito subnacional <http://www.doingbusiness.org/subnational>

Biblioteca jurídica

Compilação on-line da legislação e regulamentação de negócios <http://www.doingbusiness.org/lawlibrary>

Parceiros locais

Mais de 6.700 especialistas em 181 economias que participam do *Doing Business* <http://www.doingbusiness.org/LocalPartners>

Clube de reformadores

Celebrando os 10 principais reformadores *Doing Business* <http://www.reformersclub.org>

Planeta de negócios

Mapa interativo sobre a facilidade de fazer negócios <http://www.doingbusiness.org/map>

Sobre o relatório <i>Doing Business</i> (Fazendo Negócios)	1
Visão geral	7
Abrir um negócio	-
Lidar com alvarás de construção	-
Empregar trabalhadores	-
Registro da propriedade	-
Obtenção de crédito	-
Proteção de investidores	-
Pagar impostos	-
Comércio entre fronteiras	-
Cumprir contratos	-
Fechar um negócio	-

Referências	-
Notas sobre os dados	-
Tabela de Facilidade para fazer negócios	15
Tabelas de Países	-
padrões essenciais de trabalho da OIT	-
Reconhecimento	19

Sobre o relatório Doing Business (Fazendo Negócios)

Em 1664, William Petty, um conselheiro de Charles II da Inglaterra, compilou as primeiras conhecidas contas nacionais. Ele fez 4 entradas. No lado das despesas, “alimentos, habitação, roupas e todas as outras necessidades básicas” foram estimadas em £40 milhões. A renda nacional foi dividida entre 3 fontes: £8 milhões da terra, £7 milhões de outros bens pessoais e £25 milhões dos rendimentos do trabalho.

Séculos mais tarde, as estimativas da renda nacional, despesas e entradas e saídas de materiais se tornaram mais abundantes. Mas foi só no início de 1940 que foi desenvolvida uma estrutura sistemática para calcular a renda e as despesas nacionais, sob a direção do economista britânico John Maynard Keynes. Como a metodologia se tornou um padrão internacional, tornou-se possível fazer comparações entre as situações financeiras de diferentes países. Hoje os indicadores macroeconômicos nas contas nacionais são padrão em todos os países.

Os governos comprometidos com a saúde econômica de seu país e com oportunidades para seus cidadãos focam agora em mais do que condições macroeconômicas. Eles também prestam atenção às leis, regulamentações e arranjos institucionais que compõem a atividade econômica diária.

Até muito recentemente, contudo, não havia nenhum conjunto de indicadores globalmente disponível para monitorar esses fatores microeconômi-

cos e analisar sua relevância. Os primeiros esforços, na década de 1980, basearam-se em dados de percepções de especialistas e empresários. Esses estudos são indicadores úteis das condições econômicas e políticas. Mas o fato de terem como base percepções e sua cobertura incompleta a respeito dos países pobres limitam sua utilidade para análise.

O projeto *Doing Business*, lançado há 7 anos, deu um passo à frente. Ele examina as pequenas e médias empresas nacionais e avalia as regulamentações aplicadas a elas por meio de seu ciclo de vida. O projeto *Doing Business* e o modelo de custo padrão desenvolvido inicialmente e aplicado na Holanda são, por agora, as únicas ferramentas padrão usadas em toda uma ampla gama de jurisdições para medir o impacto da formulação de regulamentação governamentais sobre a atividade empresarial.¹

O primeiro relatório *Doing Business*, publicado em 2003, cobriu 5 conjuntos de indicadores em 133 economias. O relatório deste ano abrange conjuntos de 10 indicadores em 181 economias. O projeto se beneficiou do *feedback* de governos, acadêmicos, profissionais liberais e revisores.² A meta inicial permanece: fornecer uma base objetiva para compreender e melhorar o enquadramento regulamentar para os negócios.

DO QUE TRATA O DOING BUSINESS

O *Doing Business* fornece uma medida quantitativa de regulamentações para iniciar um negócio, lidar com alvarás de construção, empregar trabalhadores, registrar a propriedade, obter crédito, proteger investidores, pagar impostos, para importar e exportar, cumprir contratos e fechar um negócio — segundo a forma em que elas se apliquem a pequenas e médias empresas nacionais.

Uma premissa fundamental do *Doing Business* é que a atividade econômica requer boas regras. Isso inclui regras que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade e reduzam os custos para solucionar disputas, regras

que aumentem a previsibilidade das interações econômicas e regras que forneçam parceiros contratuais com proteções básicas contra abuso. O objetivo: regulamentações criadas para serem eficazes, acessíveis a todos que precisem usá-las e simples em sua implementação. Assim sendo, alguns indicadores do relatório *Doing Business* atribuem uma classificação mais elevada para uma maior regulamentação, como por exemplo requisitos mais rigorosos na divulgação de transações relacionadas com partidos. Alguns fornecem uma classificação mais elevada para uma forma mais simplificada de implementar a regulamentação existente, como por exemplo preencher formalidades para iniciar um negócio em um serviço centralizado.

O projeto *Doing Business* engloba dois tipos de dados. O primeiro é proveniente da leitura das leis e dos regulamentos. A segunda são indicadores de tempos e etapas que medem a eficácia na obtenção de uma meta regulatória (como a concessão da identidade legal de um negócio). De acordo com os indicadores de tempos e etapas, as estimativas de custo são registradas com base em uma tabela de taxas oficiais, conforme aplicável. Aqui, o *Doing Business* inspira-se no trabalho pioneiro de Hernando de Soto para aplicar a abordagem de tempos e etapas usada inicialmente por Frederick Taylor para revolucionar a produção do Modelo T Ford. De Soto usou a abordagem na década de 1980 para mostrar os obstáculos enfrentados para estabelecer uma fábrica de roupas nos arredores de Lima.³

DO QUE NÃO TRATA O DOING BUSINESS

Tão importante quanto saber o que o *Doing Business* faz é saber o que ele não faz — para entender as limitações a serem levadas em conta ao interpretar os dados.

LIMITADO NO ESCOPO

O *Doing Business* foca 10 tópicos, com o objetivo específico de avaliar a regulamentação e a burocracia relevante para

o ciclo de vida de uma firma nacional de pequeno a médio porte. Conseqüentemente:

- O *Doing Business* não avalia todos os aspectos do ambiente de negócios que importam para firmas ou investidores — ou todos os fatores que afetam a competitividade. Ele não avalia, por exemplo, segurança, estabilidade macroeconômica, corrupção, qualificação da mão-de-obra da população, a força subjacente de instituições ou da qualidade da infra-estrutura.⁴ Nem se concentra em regulamentos específicos para investimento estrangeiro.
- O *Doing Business* não cobre todos os regulamentos, ou todas as metas normativas, em nenhuma economia. À medida que as economias e a tecnologia avançam, mais áreas de atividade econômica estão sendo regulamentadas. Por exemplo, o conjunto de leis (*acquis*) da União Européia aumentou hoje para cerca de 14.500 conjuntos de normas. O *Doing Business* avalia a regulamentação que afeta somente 10 fases do ciclo de vida de uma empresa, por meio de 10 conjuntos específicos de indicadores.

COM BASE NOS CENÁRIOS DE CASOS PADRONIZADOS

Os indicadores do *Doing Business* são desenvolvidos com base nos cenários de casos padronizados com pressupostos específicos, como o da empresa estar localizada na maior cidade de negócios da economia. Os indicadores econômicos normalmente criam pressupostos limitadores desse tipo. As estatísticas de inflação, por exemplo, geralmente são baseadas em preços de produtos de consumo em algumas áreas urbanas.

Esses pressupostos permitem uma cobertura global e aumentam a possibilidade de comparação. Mas eles surgem à custa da generalidade. A regulamentação dos negócios e seu cumprimento diferem em diferentes partes de uma mesma economia, especialmente nos estados federais e nas grandes economias. E é claro que os desafios e as oportunidades da maior

cidade de negócios — seja Mumbai ou São Paulo, Nukualofa ou Nassau — variam enormemente entre as economias. Reconhecendo o interesse dos governos nessa variação, o *Doing Business* complementou seus indicadores globais com estudos subnacionais em economias como Brasil, China, México, Nigéria, Filipinas e Federação Russa.⁵ *Doing Business* também começou um programa de trabalho com ênfase nos pequenos estados insulares.⁶

Nas áreas onde a regulamentação é complexa e altamente diferenciada, o caso padronizado usado para construir o indicador do *Doing Business* precisa ser claramente definido. Onde é relevante, o caso padronizado assume uma empresa de responsabilidade limitada. Essa escolha é em parte empírica: empresas privadas, de responsabilidade limitada são a forma de negócio mais predominante na maioria das economias do mundo inteiro. A escolha também reflete um foco do *Doing Business*: ampliação de oportunidades de empreendedorismo. Os investidores são encorajados a se aventurar no negócio quando as perdas potenciais são limitadas à sua participação no capital.

FOCALIZADO NO SETOR FORMAL

Ao desenvolver os indicadores, o *Doing Business* supõe que os empresários estão cientes de todas as regulamentações em vigor e que as cumprem. Na prática, os empresários podem gastar um tempo considerável tentando descobrir onde ir e quais documentos apresentar. Ou podem evitar os procedimentos exigidos legalmente em sua totalidade — o deixar de registrar-se na previdência social, por exemplo.

Onde a regulamentação é especialmente onerosa, os níveis de informalidade são mais altos. A informalidade tem um custo: as firmas do setor informal de modo geral crescem mais lentamente, têm menos acesso a crédito e empregam menos trabalhadores — e seus trabalhadores não recebem as proteções das leis trabalhistas.⁷ O *Doing Business* avalia um conjunto de fatores que ajuda a explicar as causas da informalidade e fornece aos formuladores de políticas idéias sobre as

possíveis áreas de reforma. Para compreender totalmente o ambiente de negócios, e ter uma perspectiva mais ampla dos desafios políticos, é necessário combinar sugestões do *Doing Business* com dados de outras fontes, como as Pesquisas do Banco Mundial sobre Empresas.⁸

POR QUE ESSE FOCO

O *Doing Business* funciona como um tipo de teste de colesterol do ambiente normativo das empresas nacionais. Um teste de colesterol não diz tudo sobre nossa condição de saúde. Mas avalia um aspecto importante de nossa saúde. E nos coloca em estado de alerta para mudar comportamentos de uma forma que não melhore somente nosso colesterol, mas também nossa saúde como um todo.

Uma forma de testar se o *Doing Business* serve como indicador do ambiente de negócios mais amplo e da competitividade é observar as correlações entre as classificações do *Doing Business* e outros importantes padrões de referência econômicos. O conjunto de indicadores mais próximo do *Doing Business* no que ele mede é o de indicadores da regulamentação do mercado de produtos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico; a correlação aqui é de 0.80. O Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial e o Anuário de Competitividade Mundial da IMD são mais abrangentes, mas os dois também são fortemente correlacionados com o *Doing Business* (0.80 e 0.76, respectivamente). Essas correlações sugerem que onde houver paz e estabilidade macroeconômica, a regulamentação das empresas nacionais terá um papel essencial na competitividade econômica.

Uma questão mais ampla é se os problemas focalizados pelo *Doing Business* são importantes para o desenvolvimento e a redução da pobreza. O estudo *Voices of the Poor* (Vozes dos Pobres) do Banco Mundial perguntou a 60.000 pessoas do mundo inteiro como seria possível para eles fugir da pobreza.⁹ As respostas foram claras: de modo semelhante, mulheres e homens depositam suas esperanças na

renda proveniente de seu próprio negócio ou de salários de empregos. O apoio ao crescimento—e garantir que os pobres participem de seus benefícios—requer um ambiente onde novos participantes com idéias boas e dinâmicas, independentemente de seu gênero e origem étnica, possam iniciar um negócio e onde firmas possam investir e crescer, gerando mais empregos.

As pequenas e médias empresas são os principais impulsionadores da concorrência, crescimento e criação de empregos, especialmente nos países em desenvolvimento. Porém, nessas economias até 80% da atividade econômica é realizada no setor informal. As firmas podem ser impedidas de entrar no setor formal devido à burocracia e regulamentação excessivas.

Onde a regulamentação é mais onerosa e a competição é limitada, o sucesso tende a depender mais das pessoas que você conhece do que da suas capacidades. Mas onde a regulamentação é transparente, eficiente e implementada de maneira simples, torna-se fácil para qualquer aspirante a empresário, independentemente de suas conexões, para operar dentro da lei e beneficiar-se das oportunidades e proteções que a lei oferece.

Desse modo, o *Doing Business* valoriza boas normas como a chave para a inclusão social. Também fornece uma base para estudar os efeitos das regulamentações e sua aplicação. Por exemplo, o *Doing Business* 2004 descobriu que a rapidez da execução de contratos estava associada com as percepções de uma maior imparcialidade judicial—sugerindo que justiça atrasada é justiça negada.¹⁰ Serão fornecidos outros exemplos nos capítulos seguintes.

DOING BUSINESS COMO EXERCÍCIO COMPARATIVO

O *Doing Business*, ao captar algumas dimensões chave dos regimes normativos, tem sido útil na definição de parâmetros referenciais. Qualquer comparação—para indivíduos, firmas ou estados—é

necessariamente parcial: é válida e útil se ajudar a intensificar o parecer, embora menos se substituir por julgamento.

O *Doing Business* fornece 2 abordagens sobre os dados coletados: apresenta indicadores “absolutos” para cada economia de cada um dos 10 tópicos normativos tratados e fornece classificações de economias ambas pelo indicador e em conjunto. É preciso discernimento na interpretação dessas medidas para qualquer economia e na determinação de um caminho sensível e politicamente viável para uma reforma.

A revisão isolada das classificações do *Doing Business* pode mostrar resultados imprevistos. Algumas economias podem ter uma classificação inesperadamente alta em alguns indicadores. E algumas economias que tiveram crescimento rápido ou atraíram muitos investimentos podem apresentar uma classificação mais baixa do que outros que parecem ser menos dinâmicos.

Mesmo assim, uma classificação mais alta no *Doing Business* tende a ser associada a melhores resultados no decorrer do tempo. As economias classificadas entre os 20 melhores são aqueles com renda per capita e produtividade altas e sistemas normativos altamente desenvolvidos.

Mas para governos voltados para reformas, a melhoria contínua de seus indicadores é mais importante do que sua classificação absoluta. À medida que as economias desenvolvem, fortalecem e incluem regulamentações para proteger o investidor e os direitos de propriedade. Enquanto isso, descobrem formas mais eficazes de implementar regulamentações existentes e cortar as que estiverem ultrapassadas. Uma conclusão do *Doing Business*: economias dinâmicas e em crescimento reformam e atualizam constantemente suas regulamentações e sua forma de implementá-las, enquanto muitas economias pobres ainda trabalham com sistemas normativos criados nos finais de 1800.

DOING BUSINESS — GUIA DO USUÁRIO

Dados quantitativos e parâmetros referenciais podem ser úteis para estimular debates sobre política, ao expor desafios potenciais e identificar onde os formuladores de políticas podem procurar lições e boas práticas. Esses dados também fornecem uma base para analisar como diferentes abordagens políticas—e diferentes reformas políticas—contribuem para resultados desejados como competitividade, crescimento e aumento de empregos e rendas.

Seis anos de dados do *Doing Business* permitiram que um volume cada vez maior de pesquisa sobre como os indicadores de desempenho do *Doing Business*—e reformas relevantes a esses indicadores—estão relacionados aos resultados econômicos e sociais desejados. Foram publicados cerca de 325 artigos em revistas acadêmicas revisadas, e cerca de 742 documentos estão disponíveis por meio de Google Scholar.¹¹ Algumas das conclusões:

- A redução de barreiras para a criação de um negócio está associada a um menor setor informal.¹²
- Custos para a criação de uma empresa menores podem encorajar o empreendedorismo e reduzir a corrupção.¹³
- Abertura de negócios mais simples pode significar maiores oportunidades de emprego.¹⁴

Como os governos usam o *Doing Business*? A primeira reação comum é duvidar da qualidade e relevância dos dados do *Doing Business*. Contudo, o debate geralmente prossegue para uma discussão mais profunda que explora a relevância dos dados para a economia e para áreas onde a reforma possa fazer sentido.

A maioria dos reformadores começa buscando exemplos e o *Doing Business* ajuda nessa tarefa. Por exemplo, a Arábia Saudita usou a legislação de sociedades anônimas da França como modelo para revisar sua própria legislação. Muitas economias da África recorrem

às Ilhas Maurício — detentor da melhor classificação da região nos indicadores do *Doing Business*—como fonte de boas práticas para reforma. Nas palavras do Dr. Mahmoud Mohieldin, Ministro do Investimento do Egito.

O que aprecio em relação ao Doing Business. . . que ele cria um fórum para o intercâmbio de conhecimentos. Não exagero quando digo que verifiquei os 10 melhores países em cada indicador e perguntamos a eles, “O que vocês fizeram?” Se há alguma vantagem em começar algo tarde é que podemos aprender com a experiência alheia.

Nos últimos 6 anos tem havido muita atividade por parte dos governos na reforma do enquadramento regulamentar dos negócios nacionais. A maior parte das reformas relacionadas aos tópicos do *Doing Business* foi gerada em programas de reforma mais amplos voltados para o aumento da competitividade econômica. Na estruturação de seus programas de reforma, os governos usam dados múltiplos e indicadores. Os reformadores respondem a muitas partes envolvidas e grupos de interesses, todos eles trazem questões e preocupações importantes para o debate da reforma.

O apoio do Grupo Banco Mundial para esses processos de reforma destina-se a encorajar o uso crítico dos dados, formando o parecer e evitando um foco reduzido à melhoria das classificações do *Doing Business*.

METODOLOGIA E DADOS

O *Doing Business* cobre 181 economias—incluindo pequenas economias e alguns das mais pobres, sobre as quais há pouco ou nenhum dado disponível em outros conjuntos de dados. Os dados do *Doing Business* são baseados nas leis e regulamentações nacionais, assim como nos requisitos administrativos. (Para obter uma explicação detalhada da metodologia do *Doing Business*, consulte as Notas sobre os Dados.)

FONTES DE INFORMAÇÕES PARA OS DADOS

Grande parte dos indicadores é baseada em leis e regulamentações. Além disso, a maior parte dos indicadores de custo são apoiadas por tabelas de taxas oficiais. Os colaboradores do *Doing Business* preenchem pesquisas por escrito e fornecem referências para as leis, regulamentos e tabelas de taxas relevantes, ajudando na verificação dos dados e na garantia da qualidade.

Para alguns indicadores parte do componente custo (onde faltam tabelas de taxas) e o componente tempo são baseados na realidade prática e não nas leis dos livros. Isso introduz um grau de subjetividade: A abordagem do *Doing Business* tem trabalhado, portanto, com advogados ou profissionais legais que executam regularmente as transações envolvidas. Seguindo a abordagem metodológica padrão de estudos de tempo e etapas, o *Doing Business* desdobra cada processo ou transação, como começar e operar legalmente um negócio, em etapas separadas para garantir uma melhor estimativa de tempo. A estimativa de tempo para cada etapa é dada por profissionais com experiência significativa e regular na transação.

Nos últimos 6 anos, mais de 10.000 profissionais em 181 economias ajudaram a fornecer os dados que informam os indicadores do *Doing Business*. O relatório desse ano se baseia nas contribuições de mais de 6.700 profissionais. O website do *Doing Business* indica o número de entrevistados por economia e por indicador (consulte a tabela 12.1 nas Notas sobre os Dados para obter o número de entrevistados por conjunto de indicadores). Devido ao foco nos arranjos legais e normativos, a maioria dos entrevistados são advogados. A pesquisa sobre informações de crédito é respondida por representantes do registro ou departamento de crédito. Despachantes, contadores, arquitetos e outros profissionais respondem às pesquisas relacionadas ao comércio entre fronteiras, impostos e alvarás de construção.

A abordagem do *Doing Business* para a coleta de dados contrasta com a das pesquisas de percepção, que captam com frequência percepções e experiências de negócios únicas. Um advogado corporativo que registra de 100-150 negócios ao ano estará mais familiarizado com o processo do que um empresário, que registrará um negócio uma única vez ou talvez duas. Um juiz de falências que decide dúzias de casos por ano terá mais conhecimento sobre falências do que uma empresa que tenha passado pelo processo.

DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA

A metodologia de cálculo de cada indicador é transparente, objetiva e facilmente reproduzida. Importantes acadêmicos colaboram no desenvolvimento dos indicadores, garantindo o rigor acadêmico. Seis dos documentos que servem de base para esses indicadores foram publicados nas principais revistas de economia. Os outros 2 estão em estágio avançado de publicação nessas revistas.

O *Doing Business* usa uma abordagem média simples para ponderar sub-indicadores e calcular classificações. Outras abordagens foram exploradas, incluindo o uso de componentes não observáveis e componentes não observáveis.¹⁵ As abordagens dos componentes principais e dos componentes despercebidos passam a produzir resultados quase idênticos aos da média simples. Os testes mostram que cada conjunto de indicadores fornece novas informações. A abordagem média simples é portanto robusta para esses testes.

APERFEIÇOAMENTO DA METODOLOGIA E REVISÕES DE DADOS

A metodologia passou por uma melhoria contínua nos últimos anos. As mudanças foram feitas principalmente em resposta às sugestões das economias na amostra de *Doing Business*. Para fazer cumprir contratos, por exemplo, a quantia disputada no cenário de casos foi aumentada de 50% a 200% de renda per capita após o primeiro ano, à medida

que ficou claro que quantias menores tinham pouca chance de ir a juízo.

Outra mudança está relacionada à abertura de um negócio. A necessidade de um capital mínimo pode ser um obstáculo para empreendedores potenciais. Inicialmente, o *Doing Business* mediu o capital mínimo exigido independentemente de precisar ser pago antecipadamente ou não. Em muitas economias, somente parte do capital mínimo tem de ser paga antecipadamente. Para refletir a real barreira potencial de entrada, tem sido usado o capital mínimo integralizado desde 2004.

O relatório desse ano inclui uma mudança na metodologia básica, no índice de eficiência dos direitos legais, que é parte do conjunto de indicadores de obtenção de crédito.

Todas as mudanças na metodologia são explicadas no relatório e também no website do *Doing Business*. Além disso, as seqüências cronológicas dos dados de cada indicador e economia estão disponíveis no website, começando com o primeiro ano em que o indicador ou a economia foi incluído no relatório. Para fornecer uma seqüência cronológica comparável da pesquisa, o conjunto de dados é calculado retroativamente para ajustar-se às mudanças na metodologia e a quaisquer revisões nos dados devido a correções. O website também disponibiliza todos os conjuntos de dados originais usados nos artigos acadêmicos em que se baseiam os indicadores.

As informações sobre as correções dos dados são fornecidas no website (consulte também as Notas sobre os Dados). Um procedimento transparente de queixa permite a qualquer pessoa contestar os dados. Se os erros forem confirmados após um processo de verificação de dados, eles serão imediatamente corrigidos.

NOTAS

1. O modelo de custo padrão é uma metodologia quantitativa para determinar os encargos administrativos que a regulamentação impõe às empresas. O método pode ser usado para medir o efeito de uma única lei ou de áreas de legislação selecionadas ou para executar uma medição inicial de toda legislação em um país.
2. No ano passado, esse *feedback* incluiu uma revisão feita pelo Grupo de Avaliação Independente do Grupo Banco Mundial (2008).
3. De Soto (2000).
4. Os indicadores relacionados ao comércio entre fronteiras e à negociação com os alvarás de construção levam em conta os aspectos limitados da infra-estrutura de uma economia, incluindo o transporte interno de mercadorias e as ligações a serviços públicos (como eletricidade, água e telefone) para empresas.
5. <http://www.doingbusiness.org/subnational>.
6. <http://www.doingbusiness.org>.
7. Schneider (2005).
8. <http://www.enterprisesurveys.org>.
9. Narayan e outros (2000).
10. Banco Mundial (2003).
11. <http://scholar.google.com>.
12. Por exemplo, Masatlioglu e Rigolini (2008), Kaplan, Piedra e Seira (2008) e Djankov, Ganser, McLiesh, Ramalho e Shleifer (2008).
13. Por exemplo, Alesina e outros (2005), Perotti e Volpin (2004), Klapper, Laeven e Rajan (2006), Fisman e Sarría-Allende (2004), Antunes e Cavalcanti (2007), Barseghyan (2008) e Djankov, Ganser, McLiesh, Ramalho e Shleifer (2008).
14. Por exemplo, Freund e Bolaky (a ser publicado), Chang, Kaltani e Loayza (a ser publicado) e Helpman, Melitz e Rubinstein (2008).
15. Consultar Djankov e outros (2005).

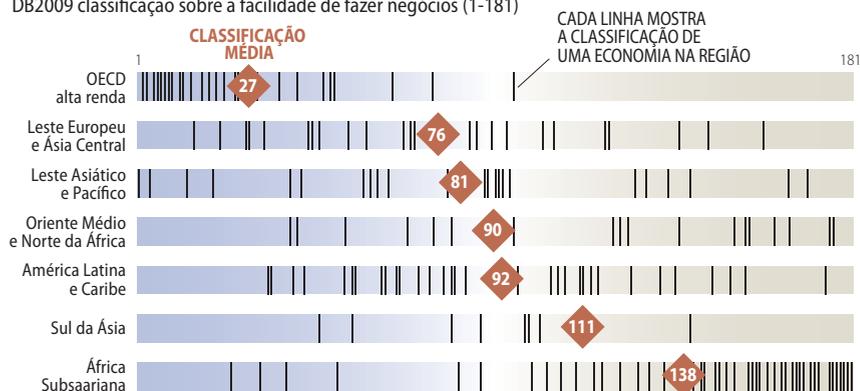


Visão geral

FIGURA 1.1

Quais são as regiões que dispõem de uma das regulamentações mais favoráveis aos negócios?

DB2009 classificação sobre a facilidade de fazer negócios (1-181)



Fonte: Banco de dados do *Doing Business*

Pelo quinto ano seguido, o Leste Europeu e a Ásia Central vêm liderando o mundo nas reformas *Doing Business* (Fazendo Negócios). Vinte e seis das 28 economias da região implementaram um total de 69 reformas. Desde 2004, as reformas *Doing Business* vêm acompanhando reformas destinadas a simplificar a regulamentação dos negócios, fortalecer os direitos de propriedade, abrir acesso ao crédito e fazer cumprir contratos, medindo seu impacto sobre 10 conjuntos de indicadores.¹ Foram captadas cerca de 1.000 reformas com impacto sobre esses indicadores. As que ocorreram no Leste Europeu e a Ásia Central constituem um terço destas reformas.

A região ultrapassou o Leste Asiático e o Pacífico em facilidade de se fazer negócios em 2007, e manteve seu lugar este ano (Figura 1.1). Quatro economias dessa região, Geórgia, Estônia, Lituânia e Letônia, figuram entre os 30 primeiros na classificação geral do *Doing Business*.

As classificações sobre a facilidade de se fazer negócios não contam toda a história do ambiente de negócios da economia. O indicador não leva em consideração todos os fatores importantes para se fazer negócios; por exemplo, condições macroeconômicas, infra-estrutura, aptidões da força de trabalho ou segurança. No entanto, a melhoria da classificação de uma economia indica que

seu governo está criando um quadro regulamentar mais propício à operação de um negócio. No Leste Europeu e na Ásia Central, muitas economias continuam a fazer melhorias e economias dessas regiões mais uma vez dominam a lista dos principais reformadores do *Doing Business* em 2007/2008. Novidade deste ano: as reformas na região caminham na direção leste, na medida em que quatro recém-chegados se unem à lista dos 10 principais reformadores: Azerbaijão, Albânia, República do Quirguistão e Bielorrússia (tabela 1.1).

Muitos outros também introduziram reformas. Em âmbito mundial, 113 economias implementaram 239 refor-

TABELA 1.1

Os 10 principais reformadores em 2007/08

Economia	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
Azerbaijão	✓		✓	✓	✓	✓	✓		✓	
Albânia	✓				✓	✓	✓			
Quirguistão	✓	✓				✓				
Belarus	✓	✓		✓	✓		✓	✓		
Senegal	✓			✓				✓		
Burkina Faso		✓	✓	✓			✓			
Botsuana	✓					✓		✓		
Colômbia	✓	✓					✓	✓		✓
República Dominicana	✓			✓			✓	✓		
Egito	✓	✓		✓	✓	✓		✓		

Nota: As economias são classificadas de acordo com o número e impacto de reformas. Primeiro, o *Doing Business* seleciona as economias que implementaram reformas tornando mais fácil fazer negócios em 3 ou mais dos tópicos do *Doing Business*. Em seguida, classifica essas economias de acordo com o aumento na facilidade de fazer negócios em comparação com o ano anterior. Quanto maior a melhoria, mais alta a classificação como reformador.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*

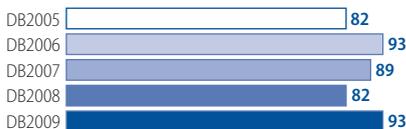
FIGURA 1.2

Economias da Leste Europeu e Ásia Central — líderes nas reformas *Doing Business*

Parcela de economias com pelo menos 1 reforma tornando fácil fazer negócios nos últimos 5 anos (%) segundo o relatório anual do *Doing Business*

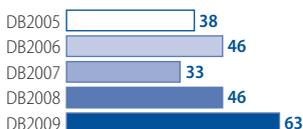
Leste Europeu e Ásia Central

(28 economias)



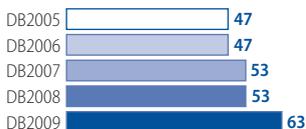
Leste Asiático e Pacífico

(24 economias)



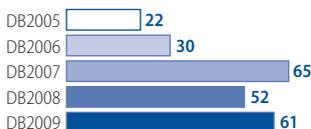
Oriente Médio e Norte da África

(19 economias)



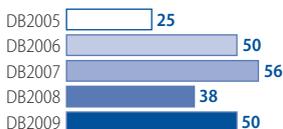
África Subsaariana

(46 economias)



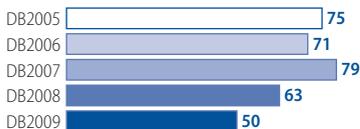
América Latina e Caribe

(32 economias)



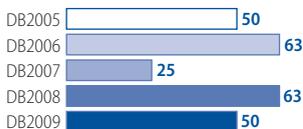
OECD alta renda

(24 economias)



Sul da Ásia

(8 economias)



mas facilitando a realização de negócios de junho de 2007 a junho de 2008. Isso representa o maior número de reformas registrado em um único ano, desde o início do projeto *Doing Business*. No ano passado, os reformadores concentraram-se na facilidade de criação de empresas, na redução dos encargos fiscais, na simplificação de regulamentações sobre importação e exportação e na melhoria dos sistemas de informação de crédito.

Entre as regiões, o Leste Asiático apresenta a maior aceleração do ritmo de reforma. Dois terços de suas economias fizeram reformas, enquanto menos da metade o fez no ano passado (Figura 1.2). O Oriente Médio e o Norte da África continuam a tendência de ascensão, constatando-se que dois terços de suas economias estão em reforma. Em uma região antes conhecida por barreiras proibitivas à entrada de novos negócios, dois países: Tunísia e Iêmen, eliminaram os requisitos de capital mínimo para se começar um negócio, enquanto a Jordânia o reduziu de 30.000 para 1.000 dinars jordanianos.

A África Subsaariana também continuou sua tendência de ascensão em termos de reforma: 28 economias implementaram 58 reformas, mais do que em qualquer ano, desde que *Doing Business* começou a acompanhar as reformas. Dois países da África Ocidental lideraram a classificação: Senegal e Burkina Faso. Na América Latina, Colômbia e a República Dominicana foram os países mais ativos. As economias de alta renda da OCDE presenciaram uma redução em termos de reforma. E o Sul da Ásia também.

O Azerbaijão é o principal reformador para 2007/08. Um guichê único para abertura de empresas começou a funcionar em janeiro de 2008, reduzindo pela metade o tempo, custo e número de procedimentos para criação de empresas. Os registros de empresas aumentaram cerca de 40% nos seis primeiros meses. Alterações na legislação do trabalho tornaram os regulamentos sobre emprego mais flexíveis, permitindo o uso de contratos por

tempo fixo para tarefas permanentes, facilitando restrições sobre horas de trabalho e eliminando a necessidade de novas atribuições em caso de demissão por redundância. E transferir propriedade pode agora ser concluído em 11 dias e não mais em 61 dias como antes, graças ao registro unificado de propriedade de terra e transações de imóveis.

Isso não é tudo. O Azerbaijão eliminou o limite mínimo de US\$ 1.100 para incluir empréstimos na central de registro de crédito, mais do que dobrando o número de mutuários cobertos. Os acionistas minoritários apreciam uma maior proteção, graças a emendas ao código civil e a uma nova regulamentação sobre transações com conflito de interesses. Tais transações agora estão sujeitas a requisitos mais exigentes em termos de divulgação para a comissão de supervisão e em relatórios anuais. Além disso, as partes interessadas envolvidas em uma transação com conflito de interesses prejudicial à empresa devem cobrir os prejuízos e devolver lucros pessoais.

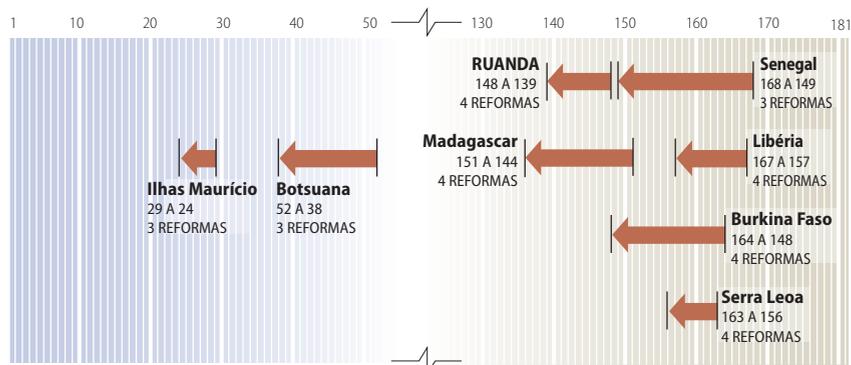
Os contribuintes no Azerbaijão agora se beneficiam do pagamento de impostos eletrônico, economizando mais de 500 horas por ano em média para lidar com a documentação. E um novo tribunal econômico em Baku ajudou a acelerar a execução dos contratos. Com o aumento do número de juizes alocados aos casos comerciais de 5 para 9, o tempo médio para solução de um caso diminuiu em 30 dias.

A Albânia é o segundo maior reformador este ano, com reformas em quatro das áreas avaliadas por *Doing Business*. Uma nova lei de empresas intensificou a proteção dos direitos dos acionistas minoritários. A lei tornou mais rigorosa a aprovação e a divulgação dos requisitos para transações com conflito de interesses e, pela primeira vez, definiu as obrigações dos diretores. Também introduziu compensações ainda maiores a serem buscadas, no caso de uma transação com conflito de interesses ser prejudicial à empresa. A Albânia tornou a criação de empresas mais fácil, reti-

FIGURA 1.3

Quem reformou mais na África em 2007/08?

Melhoria na classificação sobre a facilidade de fazer negócios, DB2008-DB2009



Fonte: Banco de dados do Doing Business.

rando o registro comercial do tribunal e criando um serviço centralizado. As empresas podem agora começar um negócio em oito dias; costumava demorar mais de um mês. O primeiro registro de crédito do país começou a funcionar. E as reformas fiscais reduziram pela metade a taxa de tributação sobre os lucros de empresas para 10%.

ÁFRICA — MAIS REFORMAS DO QUE NUNCA

As economias da África implementaram mais reformas medidas por Doing Business em 2007/2008 do que em qualquer ano anterior considerado. E três dos 10 principais reformadores são africanos: Senegal, Burkina Faso e Botsuana. Três países pós-conflito — Libéria, Ruanda e Serra Leoa — estão rapidamente realizando reformas também (Figura 1.3). As Ilhas Maurício, o país com as regulamentações empresariais mais favoráveis da região, continuam a realizar a reforma, e este ano se unem aos 25 principais países na facilidade de se fazer negócios.

Este foco em reforma surge após diversos anos de crescimento econômico recorde na África. O crescimento anual tem atingido em média cerca de 6% na última década, graças a melhores condições macroeconômicas e a mais paz no continente. Com mais oportunidades econômicas, as restrições regulamentares nos negócios têm se tornado mais prementes. Os governos cada vez mais focam a redução dessas restrições.

E os reformadores reconhecem que trazer mais atividade econômica para o setor formal por meio de criação de negócios e emprego é o modo mais promissor de se reduzir a pobreza.²

Ruanda é um exemplo dos ganhos provenientes de paz e boas políticas macroeconômicas. O país tem estado entre os reformadores mais ativos de regulamentação empresarial em todo o mundo durante esta década. Em 2001, introduziu uma nova legislação do trabalho como parte do programa de reconstrução nacional. Em 2002, começou uma reforma de concessão de títulos de propriedade. Em 2004, os reformadores simplificaram a alfândega; melhoraram o registro de crédito e realizaram reformas nos tribunais. Em 2007, Ruanda continuou com melhorias no registro de propriedade e alfândega. Algumas reformas demoraram mais para serem implementadas. Por exemplo, as reformas judiciais foram iniciadas em 2001, mas só em 2008 as legislações necessárias foram aprovadas e novos tribunais comerciais começaram a funcionar.³

A maioria dos reformadores africanos focaram a facilitação de abertura de empresas e a redução do custo de importação e exportação. Há espaço para se fazer mais. Os empresários na África ainda enfrentam grandes problemas regulamentares e administrativos, e menos proteção de propriedade e direitos do investidor, do que os empresários de qualquer outra região. A vantagem: a reforma em tais circunstâncias pode indicar um

forte sinal de compromisso do governo com as políticas e instituições sadias, catalisando o interesse do investidor.

FACILITAÇÃO DE ABERTURA DE EMPRESAS — MAIS UMA VEZ, A REFORMA MAIS POPULAR

A facilitação para criação de um negócio continuou a ser a reforma *Doing Business* mais popular em 2007/2008. Quarenta e nove economias simplificaram a criação de empresas e reduziram o custo (Figura 1.4). Essas economias estão entre as 115 economias, mais da metade do total do mundo, que realizaram reformas nessa área nos últimos cinco anos. Em segundo lugar, as reformas mais populares foram as que simplificavam impostos e a administração fiscal. Em terceiro lugar, estiveram as reformas que facilitavam o comércio entre fronteiras. Em todas as três áreas, muito pode ser alcançado com reformas administrativas.

As reformas em outras áreas podem ser mais demoradas, principalmente se exigem mudanças ou se envolvem compensações políticas difíceis. Apenas 12 economias reformaram o sistema judicial. Sete fizeram emendas em leis sobre garantias. Seis economias modificaram regulamentos trabalhistas para torná-los mais flexíveis, enquanto nove países optaram por maior rigidez.

As três reformas mais ousadas com as melhorias de maior importância nos indicadores *Doing Business* (tabela 1.2):

- Aumento na proteções de investidores da Albânia

TABELA 1.2

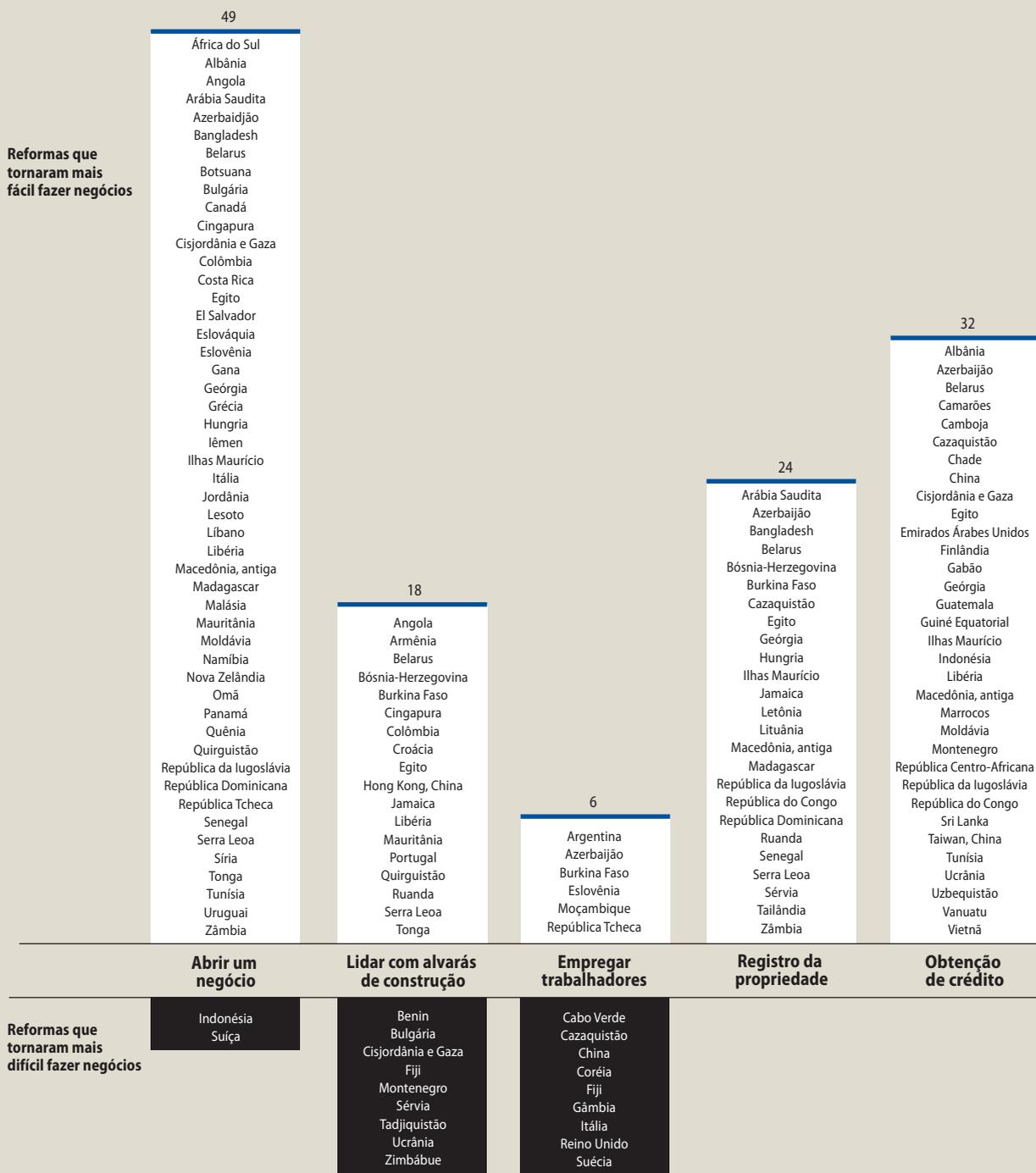
Principais reformadores em 2007/08 de acordo com o conjunto de indicadores

Abrir um negócio	lêmen
Lidar com construção	Quirguistão
Empregar trabalhadores	Burkina Faso
Registro da propriedade	Belarus
Obtenção de crédito	Camboja
Proteção de investidores	Albânia
Pagar impostos	República Dominicana
Comércio entre fronteiras	Senegal
Cumprir contratos	Moçambique
Fechar um negócio	Polónia

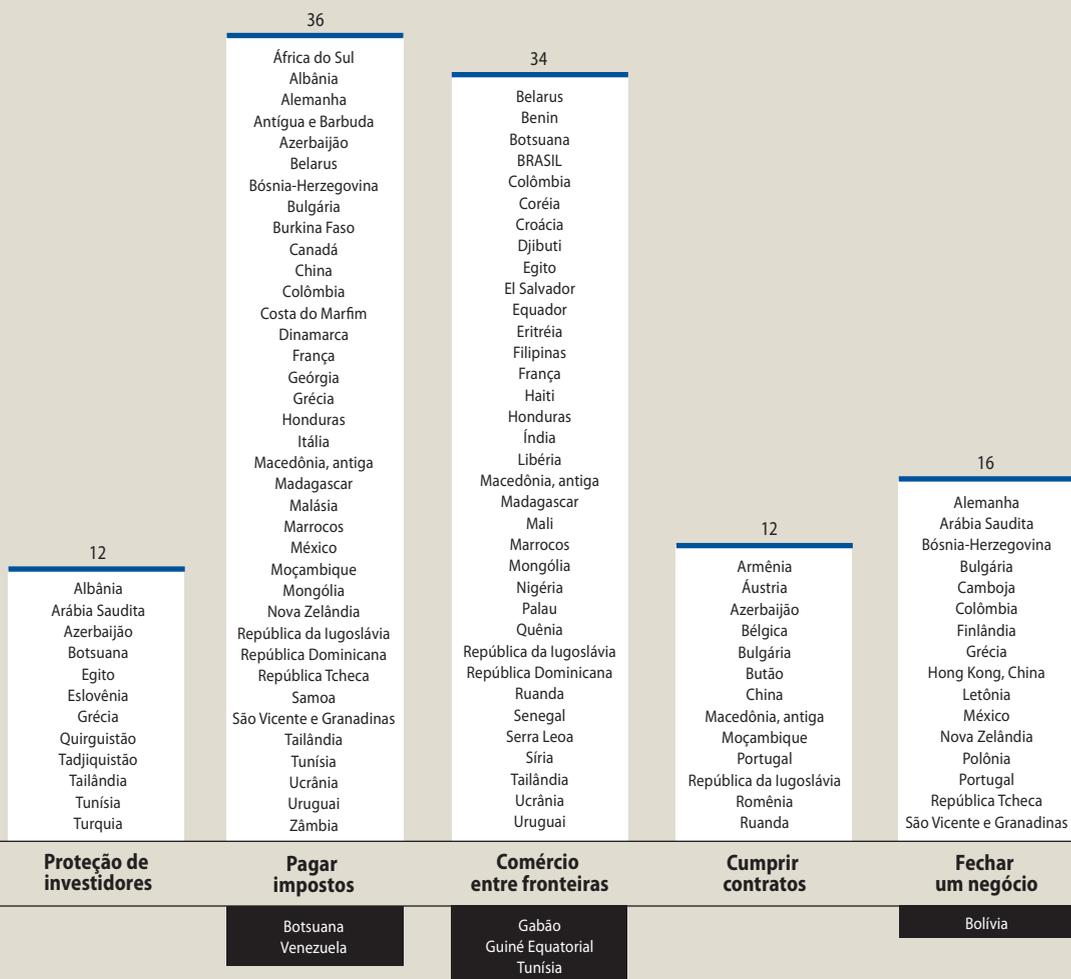
Fonte: Banco de dados do Doing Business.

FIGURA 1.4

239 reformas em 2007/08 tornaram mais fácil fazer negócios — 26 dificultaram



Fonte: Banco de dados do Doing Business.

**Proteção de investidores****Pagar impostos****Comércio entre fronteiras****Cumprir contratos****Fechar um negócio**Botsuana
VenezuelaGabão
Guiné Equatorial
Tunísia

Bolívia

TABELA 1.3

Classificações sobre a facilidade de fazer negócios

CLASSI-FICAÇÃO 2009	CLASSI-FICAÇÃO 2008	ECONOMIA	CLASSI-FICAÇÃO 2009	CLASSI-FICAÇÃO 2008	ECONOMIA	CLASSI-FICAÇÃO 2009	CLASSI-FICAÇÃO 2008	ECONOMIA
1	1	Cingapura	62	53	Peru	122	120	Índia
2	2	Nova Zelândia	63	62	Jamaica	123	119	Lesoto
3	3	Estados Unidos	64	56	Samoa	124	122	Butão
4	4	Hong Kong, China	65	59	Itália	125	126	BRASIL
5	5	Dinamarca	66	61	São Vicente e Granadinas	126	121	Micronésia
6	6	Reino Unido	67	63	St. Kitts e Nevis	127	124	Tanzânia
7	7	Irlanda	68	99	Quirguistão	128	129	Marrocos
8	8	Canadá	69	68	Maldives	129	127	Indonésia
9	10	Austrália	70	80	Cazaquistão	130	128	Gâmbia
10	9	Noruega	71	79	Macedônia, antiga	131	132	Cisjordânia e Gaza
11	11	Islândia			República da Iugoslávia	132	130	Argélia
12	12	Japão	72	77	El Salvador	133	134	Honduras
13	19	Tailândia	73	81	Tunísia	134	131	Malauí
14	13	Finlândia	74	70	Dominica	135	150	Camboja
15	21	Geórgia	75	65	República Tcheca	136	133	Equador
16	24	Arábia Saudita	76	72	Polónia	137	140	Síria
17	14	Suécia	77	74	Paquistão	138	145	Uzbequistão
18	17	Bahrain	78	69	Belize	139	148	Ruanda
19	16	Bélgica	79	75	Kiribati	140	136	Filipinas
20	25	Malásia	80	71	Trinidad e Tobago	141	139	Moçambique
21	15	Suíça	81	76	Panamá	142	138	Irã
22	18	Estônia	82	78	Quênia	143	137	Cabo Verde
23	22	Coréia	83	90	China	144	151	Madagascar
24	29	Ilhas Maurício	84	73	Granada	145	144	Ucrânia
25	20	Alemanha	85	115	Belarus	146	141	Suriname
26	27	Holanda	86	135	Albânia	147	142	Sudão
27	23	Áustria	87	82	Gana	148	164	Burkina Faso
28	28	Lituânia	88	83	Brunei	149	168	Senegal
29	26	Letônia	89	85	Ilhas Salomão	150	149	Bolívia
30	30	Israel	90	84	Montenegro	151	143	Gabão
31	32	França	91	88	Palau	152	146	Iraque
32	35	África do Sul	92	87	Vietnã	153	153	Djibuti
33	97	Azerbaijão	93	86	Ilhas Marshall	154	147	Haiti
34	33	Santa Lúcia	94	91	Sérvia	155	152	Comoros
35	31	Porto Rico	95	89	Papua Nova Guiné	156	163	Serra Leoa
36	37	Eslováquia	96	106	Grécia	157	167	Libéria
37	38	Qatar	97	110	República Dominicana	158	154	Zimbábue
38	52	Botsuana	98	123	Iêmen	159	156	Tadjiquistão
39	34	Fiji	99	98	Libano	160	166	Mauritânia
40	36	Chile	100	101	Zâmbia	161	155	Costa do Marfim
41	50	Hungria	101	94	Jordânia	162	161	Afeganistão
42	40	Antigua e Barbuda	102	103	Sri Lanka	163	159	Togo
43	39	Tonga	103	92	Moldávia	164	158	Camarões
44	41	Armênia	104	93	Seicheles	165	162	República Democrática Popular de Laos
45	44	Bulgária	105	95	Guiana	166	160	Mali
46	54	Emirados Árabes Unidos	106	107	Croácia	167	165	Guiné Equatorial
47	47	Romênia	107	96	Nicarágua	168	169	Angola
48	43	Portugal	108	100	Suazilândia	169	157	Benin
49	46	Espanha	109	113	Uruguai	170	170	Timor-Leste
50	45	Luxemburgo	110	104	Bangladesh	171	172	Guiné
51	48	Namíbia	111	105	Uganda	172	171	Níger
52	49	Kuwait	112	116	Guatemala	173	173	Eritreia
53	66	Colômbia	113	102	Argentina	174	175	Venezuela
54	64	Eslovênia	114	125	Egito	175	176	Chade
55	51	Bahamas	115	108	Paraguai	176	177	São Tomé and Príncipe
56	42	México	116	109	Etiópia	177	174	Burundi
57	57	Omã	117	118	Costa Rica	178	178	República do Congo
58	55	Mongólia	118	114	Nigéria	179	179	Guiné-Bissau
59	60	Turquia	119	117	Bósnia-Herzegovina	180	180	República Centro-Africana
60	67	Vanuatu	120	112	Federação Russa	181	181	República Democrática do Congo
61	58	Taiwan, China	121	111	Nepal			

Nota: As classificações de todas as economias recebem parâmetros de referência para junho de 2008 e reportadas nas tabelas nacionais. As classificações sobre a facilidade de fazer negócios são a média das classificações de economia sobre os 10 tópicos tratados no relatório *Doing Business* de 2009. As classificações do ano passado são apresentadas em itálico. Elas são ajustadas para mudanças na metodologia, correções de dados e inclusão de 3 novas economias.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

- Facilidade de criação de empresas do Iêmen
- Reforma fiscal da República Dominicana.

REFORMA CONTINUA ENTRE OS PAÍSES DE MELHOR DESEMPENHO

Cingapura continua a figurar no topo da facilidade de se fazer negócio, seguida da Nova Zelândia, Estados Unidos e Hong Kong (China) (tabela 1.3). E a reforma continua. Cinco das 10 economias no topo da facilidade de se fazer negócio implementaram reformas que tiveram impacto nos indicadores *Doing Business* em 2007/2008. Cingapura simplificou ainda mais o serviço eletrônico de criação de empresas. A Nova Zelândia introduziu um único procedimento eletrônico para criação de empresas, reduziu impostos sobre o lucro e implementou uma nova lei de falências. Hong Kong (China) simplificou o licenciamento de construção, como parte de uma reforma mais ampla de seu regime de licenciamento. A Dinamarca implementou reformas fiscais. E os empresários em Toronto, Canadá, podem agora começar um negócio com apenas um procedimento.

Essa reforma contínua não causa surpresa. Muitas economias de alta renda institucionalizaram a reforma regulamentar, definindo programas para sistematicamente reduzir a burocracia. Alguns exemplos incluem o programa *Be the Smart Regulator* (Seja o Regulador Inteligente) em Hong Kong (China), Simplex em Portugal, o *Better Regulation Executive* (Executivo para Melhor Regulamentação) no Reino Unido, Actal na Holanda e Kafka na Bélgica. Para identificar prioridades, esses governos rotineiramente perguntam às empresas o que precisa ser alterado. A Bélgica reformou o registro de empresas após 2.600 empresas terem identificado-o como um grande problema em 2003. A abertura de uma empresa nesse país antigamente precisava de 7 procedimentos e demorava quase 2 meses. Hoje precisa de 3 procedimentos e 4 dias. Os novos registros de empresas aumentaram 30% em 2 anos.

Em Portugal, 86 das 257 iniciativas do programa Simplex são resultado de discussões com as empresas.

Simplificar a regulamentação ajuda tanto os negócios como o Governo. Em Portugal a reforma do registro “no local” economizou aos empresários 230.000 dias por ano em tempo de espera.⁴ E o governo economiza dinheiro. O Reino Unido calculou um encargo administrativo anual para empresas de €13,7 bilhões em 2005. A facilitação de tais encargos permitiria a expansão mais rápida das empresas e a geração de economias que os governos poderiam usar para melhorar os serviços públicos.

CINCO ANOS DE REFORMA DOING BUSINESS

A chave para a reforma regulamentar? Compromisso. Para muitas economias, as reformas contidas em *Doing Business* refletem um compromisso sustentado e mais amplo com o aumento da competitividade. Dentre esses reformadores sistemáticos: Azerbaijão, Geórgia e a antiga República Iugoslava da Macedônia no Leste Europeu e Ásia Central. França e Portugal entre as economias de alta renda da OCDE. Egito e Arábia Saudita no Oriente Médio e Norte da África. Índia no Sul da Ásia. China e Vietnã no Sudeste Asiático. Colômbia, Guatemala e México na América Latina. E Burkina Faso, Gana, Ilhas Maurício, Moçambique e Ruanda na África. Cada um desses países reformou pelo menos 5 das áreas abordadas por *Doing Business*, implementando até 22 reformas em um país nos últimos 5 anos.

Alguns reformadores foram motivados pela crescente pressão competitiva resultante da associação a mercados comuns ou acordos comerciais, como a União Européia (a antiga República Iugoslava da Macedônia) ou o Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos e a América Central (Guatemala). Outros viram uma necessidade de facilitar o empreendedorismo local (Azerbaijão, Colômbia, Egito) ou de diversificar sua economia (Ilhas Maurício, Arábia Sau-

ditá). E outros se depararam com a desanimadora tarefa de reconstruir a economia após anos de conflito (Ruanda).

Muitos dos reformadores começaram por aprender com os outros. O Egito observou a Índia em termos de soluções de tecnologia de informação. A Colômbia usou a Irlanda como exemplo. Segundo as palavras do Ministro do Comércio do país, Luis Guillermo Plata, “Não é como assar um bolo onde existe uma receita para ser seguida. Não. Somos todos diferentes. Mas podemos pegar algumas coisas, algumas lições-chave, aplicá-las e ver como funcionam em nosso ambiente”.

Diversas lições agora servem como exemplos para outros. Os reformadores do Azerbaijão visitaram a Geórgia e a Letônia. Angola têm solicitado assistência técnica e jurídica com base no modelo português de criação de empresas.

Os reformadores mais ativos não se afastaram dos amplos programas de reforma. Desde 2005, a Geórgia introduziu uma nova legislação de empresas e um código aduaneiro, um novo registro de propriedade que substituiu um sistema confuso que necessitava de aprovações duplicadas por inúmeras entidades, o primeiro registro de informações de crédito do país e reformas judiciais em larga escala. O Egito implementou um serviço centralizado para importação e exportação e criação de empresas, realizou amplas reformas fiscais, melhorou continuamente os sistemas de informação de crédito e modificou as regras de listagem da Bolsa de Valores do Cairo. A Colômbia fortaleceu as proteções de investidores por meio de regras de divulgação mais rígidas, modificou as leis de insolvência e reformou a alfândega. E o guichê único para criação de empresas tem funcionado como inspiração para outras economias na região.

Dentre os reformadores de mercados emergentes, a Índia tem focado em tecnologia, implementando registros eletrônicos de novas empresas, um registro de garantias eletrônico e transmissão eletrônica de pagamentos e formulários alfandegários. A China tem focado na facilitação do acesso ao crédito. Em 2006,

um novo registro de crédito permitiu que mais de 340 milhões de cidadãos tivessem históricos de crédito pela primeira vez. Uma nova legislação de empresas reduziu o requisito de capital mínimo e fortaleceu as proteções dos investidores. E, em 2007, uma nova lei de propriedade expandiu o grupo de ativos que podem ser usados como garantias. O México tem focado o fortalecimento das proteções de investidores por meio de uma nova lei de títulos mobiliários, ao mesmo tempo em que tem reduzido continuamente a burocracia no nível estadual.

REFORMA REGULAMENTAR – QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS?

Das cerca de 25 milhões de propriedades urbanas existentes no Egito, apenas 7% foram formalmente registradas em 2005. Seis meses após reformas do registro de propriedade, o registro de títulos aumentou e a receita cresceu em 39%.⁵ Após as reformas do registro de propriedade em Tegucigalpa, Honduras, o registro público recebeu 65% mais pedidos de registro entre julho e dezembro de 2007 do que no mesmo período de 2006.

Do mesmo modo, uma redução no requisito de capital mínimo foi seguida de um aumento de 55% nos registros de novas empresas na Geórgia e de 81% na Arábia Saudita. A Geórgia agora tem 15 empresas registradas por cada 100 pessoas, comparáveis a números de tais economias como Malásia e Cingapura.

Resultados iniciais como esses mostram que as reformas estão se encaminhando para uma mudança. A confirmar isso existem as conclusões de um número crescente de estudos que utilizam dados de *Doing Business* para analisar o efeito dos encargos burocráticos em tais resultados como informalidade, criação de empregos, produtividade, crescimento econômico e redução da pobreza.⁶

A pesquisa geralmente conclui que países com legislações onerosas possuem maiores setores informais, índices de desemprego mais elevados e crescimento econômico mais lento. Pesquisas mais

recentes fornecem as primeiras percepções quanto ao impacto de reformas. Um estudo relata alguns dos ganhos das reformas no México: o número de empresas registradas aumentou cerca de 6%, o nível de emprego aumentou em 2,6% e os preços caíram em 1%, graças à concorrência das novas empresas.⁷ Outro estudo conclui que com o aumento da flexibilidade de legislações trabalhistas na Índia, ocorre uma redução da informalidade no trabalho no setor de varejo em um terço.⁸

Mas nada melhor do que a experiência das pessoas afetadas. Janet, responsável por um negócio de produção de cestas em Kigali, Ruanda, diz, “Tenho sobreviventes, tenho viúvas, tenho mulheres cujos maridos estão presos. Vê-las sentadas sob um teto, tecendo e trabalhando juntas, é uma grande conquista. . . Essas mulheres estão juntas agora gerando renda”⁹

NOTAS

1. *Doing Business* somente registra reformas relevantes dos 10 conjuntos de indicadores. As mudanças jurídicas são consideradas, quando a respectiva legislação e decretos de implementação, se aplicáveis, entram em vigor. As reformas administrativas, como a introdução de prazos máximos, devem ser totalmente implementadas.
2. Narayan e outros (2000).
3. Hertveldt (2008).
4. Ramos (2008).
5. Haidar (2008).
6. Os dados sobre regulamento de abertura de empresas, por exemplo, foram usados em 168 artigos publicados em jornais especializados e mais de 200 artigos de pesquisa. Os dados sobre a eficiência do funcionamento de tribunais foram usados em 54 artigos e 86 artigos de pesquisa. No seu todo, os dados gerados pelo projeto *Doing Business* foram usados em 325 artigos publicados e 742 artigos de pesquisa.
7. Bruhn (2008).
8. Amin (a ser publicado em breve).
9. Este exemplo é retirado do *Doing Business* do Banco Mundial: *Women in Africa* (2008a), uma série de estudos de caso de empreendedoras africanas.

TABELA 13.2

Reformas em 2007/08										
Economia	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
Afganistão										
África do Sul	✓						✓			
Albânia	✓				✓	✓	✓			
Alemanha							✓			✓
Angola	✓	✓								
Antígua e Barbuda							✓			
Arábia Saudita	✓			✓		✓				✓
Argélia										
Argentina			✓							
Armênia		✓							✓	
Austrália										
Áustria									✓	
Azerbaijão	✓		✓	✓	✓	✓	✓		✓	
Bahamas										
Bahrain										
Bangladesh	✓			✓						
Belarus	✓	✓		✓	✓		✓	✓		
Bélgica									✓	
Belize										
Benin		X						✓		
Bolívia										X
Bósnia-Herzegovina		✓		✓			✓			✓
Botsuana	✓					✓	X	✓		
BRASIL								✓		
Brunei										
Bulgária	✓	X					✓		✓	✓
Burkina Faso		✓	✓	✓			✓			
Burundi										
Butão									✓	
Cabo Verde			X							
Camarões					✓					
Camboja					✓					✓
Canadá	✓						✓			
Cazaquistão			X	✓	✓					
Chade					✓					
Chile										
China			X		✓		✓		✓	
Cingapura	✓	✓								
Cisjordânia e Gaza	✓	X			✓					
Colômbia	✓	✓					✓	✓		✓
Comores										
Coréia			X					✓		
Costa do Marfim							✓			
Costa Rica	✓									
Croácia		✓						✓		
Dinamarca							✓			
Djibuti								✓		
Dominica										
Egito	✓	✓		✓	✓	✓		✓		

✓ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios X Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

Reformas em 2007/08

Economia	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
El Salvador	✓							✓		
Emirados Árabes Unidos					✓					
Equador								✓		
Eritreia								✓		
Eslováquia	✓									
Eslovênia	✓		✓			✓				
Espanha										
Estados Unidos										
Estônia										
Etiópia										
Federação Russa										
Fiji		X	X							
Filipinas								✓		
Finlândia					✓					✓
França							✓	✓		
Gabão					✓			X		
Gâmbia			X							
Gana	✓									
Geórgia	✓			✓	✓		✓			
Granada										
Grécia	✓					✓	✓			✓
Guatemala					✓					
Guiana										
Guiné										
Guiné Equatorial					✓			X		
Guiné-Bissau										
Haiti								✓		
Holanda										
Honduras							✓	✓		
Hong Kong, China		✓								✓
Hungria	✓			✓						
Iêmen	✓									
Ilhas Marshall										
Ilhas Maurício	✓	✓								
Ilhas Salomão										
Índia								✓		
Indonésia	X				✓					
Irã										
Iraque										
Irlanda										
Islândia										
Israel										
Itália	✓		X	✓			✓			
Jamaica		✓		✓						
Japão										
Jordânia	✓									
Kiribati										
Kuwait										
Lesoto	✓									

✓ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios X Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

Reformas em 2007/08										
Economia	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
Letônia				✓						✓
Libano	✓									
Libéria	✓	✓			✓			✓		
Lituânia				✓						
Luxemburgo										
Macedônia, antiga República da Iugoslávia	✓			✓	✓		✓	✓	✓	
Madagascar	✓			✓			✓	✓		
Malásia	✓						✓			
Malauí										
Maldivas										
Mali								✓		
Marrocos					✓		✓	✓		
Mauritânia	✓	✓								
México							✓			✓
Micronésia										
Moçambique			✓				✓		✓	
Moldávia	✓				✓					
Mongólia							✓	✓		
Montenegro		X			✓					
Namíbia	✓									
Nepal										
Nicarágua										
Níger										
Nigéria								✓		
Noruega										
Nova Zelândia	✓						✓			✓
Omã	✓									
Palau								✓		
Panamá	✓									
Papua Nova Guiné										
Paquistão										
Paraguai										
Peru										
Polónia										✓
Porto Rico										
Portugal		✓							✓	✓
Qatar										
Quênia	✓							✓		
Quirguistão	✓	✓				✓				
Reino Unido			X							
República Centro-Africana					✓					
República Democrática do Congo										
República Democrática Popular de Laos										
República do Congo				✓	✓					
República Dominicana	✓			✓			✓	✓		
República Tcheca	✓		✓				✓			✓
Romênia									✓	
Ruanda		✓		✓				✓	✓	

✓ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios X Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

Reformas em 2007/08

Economia	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
Samoa							✓			
Santa Lúcia										
São Tomé e Príncipe										
São Vicente e Granadinas							✓			✓
Seicheles										
Senegal	✓			✓				✓		
Serra Leoa	✓	✓		✓				✓		
Sérvia		X		✓						
Síria	✓							✓		
Sri Lanka					✓					
St. Kitts e Nevis										
Suazilândia										
Sudão										
Suécia			X							
Suíça	X									
Suriname										
Tadjiquistão		X				✓				
Tailândia				✓		✓	✓	✓		
Taiwan, China					✓					
Tanzânia										
Timor-Leste										
Togo										
Tonga	✓	✓								
Trinidad e Tobago										
Tunísia	✓				✓	✓	✓	X		
Turquia						✓				
Ucrânia										
Uganda										
Uruguai	✓						✓	✓		
Uzbequistão					✓					
Vanuatu					✓					
Venezuela							X			
Vietnã					✓					
Zâmbia	✓			✓			✓			
Zimbábue		X								

✓ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios X Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

Reconhecimento

O *Doing Business* 2009 foi preparado por uma equipe liderada por Sylvia Solf, Simeon Djankov (ate o mês de março de 2008) e Penelope Brook (a partir de abril de 2008) sob a direção geral de Michael Klein. A equipe é formada por Teymour Abdel Aziz, Svetlana Bagaudinova, Karim O. Belayachi, Mema Beye, Frederic Bustelo, César Chaparro Yedro, Maya Choueiri, Roger Coma- Cunill, Santiago Croci Downes, Marie Delion, Allen Dennis, Jacqueline den Otter, Alejandro Espinosa-Wang, Monica Fonseca Fernandez, Kjartan Fjeldsted, Elena Gasol Ramos, Carolin Geginat, Cemile Hacibeyoglu, Jamal Haidar, Sabine Hertveldt, Palarp Jumpasut, Dahlia Khalifa, Jean Michel Lobet, Oliver Lorenz, Valerie Marechal, Andres Martinez, Alexandra Mincu, Sushmitha Narsiah, Joanna Nasr, Dana Omran, Caroline Otonglo, Nadia Ram, Rita Ramalho, Camille Ramos, Ivana Rossi, Yara Salem, Pilar SalgadoOtónel, Umar Shavurov, Larisa Smirnova, Jayashree Srinivasan, Susanne Szymanski, Tea Trumbic, Caroline van Coppenolle, Bryan Welsh, Justin Yap e Lior Ziv. Jan Bezem, Sonali Bishop, Tara Sabre Collier, Sarah Iqbal, Alice Ouedraogo, Babacar Sedikh Faye e Jennifer Yip colaboraram durante os meses anteriores à publicação.

Oliver Hart e Andrei Shleifer forneceram consultoria acadêmica sobre o projeto. O projeto sobre pagamento de impostos foi realizado em colaboração com a PricewaterhouseCoopers, liderado por Robert Morris.

Alison Strong revisou o manuscrito. Gerry Quinn elaborou a fotocomposicao do relatorio e os gráficos. Kim Bieler ajudou na fotocomposição. Alexandra Quinn assistiu na fotocomposicao. O serviço on-line do banco de dados do *Doing Business* é gerenciado pela Ramin Aliyev, Felipe Iturralde Escudero e Graeme Litterer sob a direção de Suzanne Smith.

Agradecemos os valiosos comentários oferecidos por colegas do Grupo Banco Mundial e também a orientação dos Diretores Executivos do Grupo Banco Mundial.

Só foi possível realizar esse relatório com a contribuição generosa de mais de 6.700 advogados, contadores, juizes, relatório pessoas de negócios e representantes do governo em 181 economias. Os colaboradores globais e regionais são firmas que preencheram várias pesquisas em seus diferentes escritórios espalhados pelo mundo inteiro.

As citações constantes deste relatório são de parceiros locais do *Doing Business*, exceto de outra modo indicado. Detalhes de contato são enviados por meio do website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>.

Detalhes de contato para parceiros locais estão disponíveis no website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>



THE
WORLD
BANK



IFC
International
Finance
Corporation
World Bank Group

WWW.DOINGBUSINESS.ORG

